

Uma cidade consolidada

Ao assumir o Governo do Distrito Federal em 1974, nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel, o engenheiro Elmo Serejo Farias defrontou - se com esse desafio: dotar a cidade de equipamentos comunitários capazes de enfrentar a contínua pressão demográfica. Uma de suas primeiras medidas nesse sentido foi a de procurar diversificar as fontes de recursos.

Com isso seria reduzida a dependência de fontes de comportamento irregular, como é o caso do ICM do trigo, e diminuída as transferências a cargo da União. Para alcançar esse objetivo, foi ativada a capacidade geradora das empresas controladas acionariamente pelo GDF, destacando - se nesse particular o Banco Regional de Brasília e a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap), duas das principais fontes de financiamento de obras públicas na atualidade.

SAÚDE

Dimensionado para atender o Plano Piloto e as Cidades - satélites, o sistema hospitalar do Distrito Federal viu - se na contingência de cobrir uma vasta demanda de pacientes, oriundos não somente dos 74 municípios Goianos e Mineiros da região de influência direta da Capital como também dos mais diferentes pontos do Norte, Nordeste e Centro - Oeste.

Essa realidade impunha uma outra: a demanda se concentrava sobre o sistema do Plano Piloto. Atento ao problema, o GDF vem aplicando, nos últimos anos, a média anual de 17% dos seus recursos orçamentários nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Saúde. Com isso, foram construídos o Serviço de Emergência do Hospital de Base e o Posto de Saúde do Guará II; ampliados o Pronto Socorro Psiquiátrico, os Hospitais de Planaltina, Gama e Brazlândia, o Posto de Saúde da W/3 Sul e do Hospital do Gama, elevando a oferta de leitos para cerca de 4 mil unidades e descentralizando o atendimento. Atualmente, além da construção do edifício - sede do Instituto de Saúde, em andamento, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal gera 11 unidades, sendo sete hospitais e quatro postos de saúde no Plano Piloto e Cidades - Satélites.

EDUCAÇÃO

Mantendo uma elevada taxa de escolaridade na faixa etária dos 7 aos 14 anos (mais de 93 por cento), o Distrito Federal oferece de fato, amplas oportunidades aos seus habitantes no campo educacional. Somente no Governo Elmo Serejo

Farias foram construídas cerca de 800 salas de aulas, ao mesmo tempo em que, paralelamente à ampliação do quadro de professores, eram adotadas medidas visando a alcançar a melhor qualidade de ensino possível.

O sistema de ensino oficial de Brasília tem se caracterizado pela busca da participação comunitária. Cada escola passou a contar, então, com a sua Associação de Pais e Mestres, deixando de ser, então, um elemento isolado, para funcionar quase que como um polo de integração dos habitantes da cidade.

Na verdade, o secretário de Educação, Vladimir Murtinho, quer que a escola, pela atuação de sua APM, passe a executar esse papel. Para isso, as comunidades são motivadas a utilizar a capacidade ociosa das unidades escolares com a realização de reuniões, promoções artístico - culturais e outros tipos de aproveitamento do interesse da comunidade.

Seguindo essa mesma orientação, talvez de forma ainda mais ampla um arrojado programa educacional está se desencadeando na Ceilândia, o núcleo habitacional de mais baixa renda per capita do Distrito Federal. Ali será desenvolvido o projeto de educação ambiental que se propõe a elevar ao mais alto nível possível a ação multiplicadora da escola, fazendo -a chegar com maior intensidade ao ambiente familiar.

Nesse projeto, serão aplicados, no exercício de 1978, recursos superiores a 130 milhões de cruzeiros.

HABITAÇÃO

Um dos setores mais afetados pela força da pressão demográfica sobre o Distrito Federal é, sem dúvida, o da habitação. Nesse campo, a ação do Governo do Distrito Federal é executada pela Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), uma empresa pública vinculada à Secretaria de Serviços Sociais.

Durante a administração Elmo Farias, até 1977, a SHIS havia construído e entregue cerca de 27 mil residências, prevendo para 19 a construção de outras 14 mil unidades. A empresa mantém um serviço permanente de inscrição de candidatos - cerca de 100 mil no início deste ano - que são selecionados de acordo com rígido sistema de triagem em função de aspectos não somente econômico - financeiros, mas também sociais.

Dirigida pelo engenheiro Dilson Carlos Rehem, a SHIS pauta a sua atuação diante do entendimento de que implantar núcleos habitacionais não se limita à construção de residências. Além da infra-



estrutura, dos equipamentos comunitários, há que se levar em conta, também, os problemas de relacionamento entre as pessoas que vão habitá-los.

Assim tem -se destacado a preocupação de formar em cada conjunto o seu próprio conselho comunitário, de modo a despertar em cada habitante o seu sentimento de responsabilidade pelo local em que vive. Esse trabalho, iniciado na atual administração, já tem apresentado reflexos os mais positivos. Dentre outros, citam -se a utilização mais adequada da infra - estrutura existente, valorização e preservação da vegetação local, conservação dos equipamentos comunitários e maior pontualidade na liquidação das mensalidades.

A melhoria da qualidade de vida, a humanização, a preservação das áreas verdes, têm sido marcante na atual administração do Distrito Federal. Todas as obras públicas aqui executadas são ligadas, direta ou indiretamente a essa preocupação. Ao assumir o Governo, as estatísticas indicavam ao engenheiro Elmo Farias, a existência de 43 mil metros quadrados de área de lazer em Brasília.

Já em 1976, essas áreas totalizavam 82 mil metros quadrados e a sua meta é ultrapassar a casa dos 100 mil metros quadrados, isto sem falar no Parque Recreativo de Brasília, a ser inaugurado este ano, com uma extensão de quatro milhões, 120 mil metros quadrados. Trata - se de uma das maiores áreas de lazer urbano da América Latina, e com ele, Brasília será a única cidade do País a garantir, para cada habitante, a faixa de área verde (de 30 metros quadrados) recomendada pela Organização Mundial de Saúde.

Para assegurar maior conforto aos usuários, e ao mesmo tempo, proporcionar uma melhor operacionalidade, o Parque Recreativo Rogério Pithon Farias terá seus equipamentos sociais e de lazer agrupados de acordo com as atividades que nele serão desenvolvidas. Isso não significará um desmembramento do Parque em zonas estanques. O projeto paisagístico e o sistema viário assegurão a integridade visual e funcional de todo o conjunto.

Nele, além da vegetação nativa, que está sendo preservada ao máximo, foram plantadas 30 mil ár-

vores que emoldurarão as áreas para praças, parques infantis, instalação de circos, , promoções comunitárias, exposições, churrasco, piquiniques, estacionamentos, bibliotecas, anfiteatros, cinema, auditórios, restaurantes, kartódromo, velódromo, quadras esportivas, campo de futebol e aeromodelismo, fontes sonoro - luminosos e play - grounds.

Além de um lago artificial com 160 mil metros quadrados onde haverá uma cascata o Parque contará com a primeira piscina com ondas construída na América do Sul.

SANEAMENTO

Ao assumir o Governo, o engenheiro Elmo Farias encontrou um "deficit" no abastecimento de água intradomiciliar em Brasília e regiões administrativas. Esse "deficit" chegou a atingir a mais de 200 mil habitantes. Para superar o impasse, providenciou a adesão do Distrito Federal ao Plano Nacional de Saneamento e criou o Fundo de Água e Esgotos. Com isso, foram ampliados e melhorados os serviços de abastecimento de água em Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Península Sul

e resolvido o problema existente em Ceilândia e Taguatinga, graças à conclusão do sistema reversível.

Paralelamente, eram tocadas as obras de conclusão do Sistema Rio Descoberto - o maior conjunto de abastecimento de água em construção no País. Sua capacidade, superior a 500 mil metros cúbicos por dia, será suficiente para atender integralmente a uma população de dois milhões de habitantes. Em termos de investimento, o Sistema Rio Descoberto representa aplicações da ordem de Cr\$ 700 milhões.

Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento de água a 100 por cento da população, o atual Governo vem desenvolvendo um intenso programa de preservação dos mananciais, através de uma política de florestamento e reflorestamento que está sendo executada pela Proflora. Um milhão de árvores deverão ter sido plantadas até março de 1979.

ENERGIA E TELEFONES

Os investimentos no setor de energia elétrica no biênio 77/78 deverão atingir a casa dos 140 mi-

Ihôes de cruzeiros permitindo estender a toda cidade o plano de iluminação a vapor de mercúrio. Além do Eixo Rodoviário Sul, L.2 Norte, e Sul, W.3 Norte e Sul, vias do Comércio local, Trevo de Triagem Sul, Setor de Indústria e Abastecimento, Setor Policial, e Núcleo Bandeirante e Estradas - Parques de Taguatinga, Núcleo Bandeirante, também se beneficiam com o Plano os Eixos Auxiliares Sul, Eixo Rodoviário Norte e seus Eixos Auxiliares, a Avenida W.5 Sul, as duas pistas do Eixo Monumental e o interior das superquadras.

No campo das comunicações, a eficiência da Telebrasília, já fez com que a sua atuação ultrapassasse os limites do Distrito Federal. De 15 mil terminais existentes em 1974, a empresa já superou a casa dos 130 mil em 77 alcançando no Plano Piloto a proporção de um telefone para cada grupo de cinco pessoas.

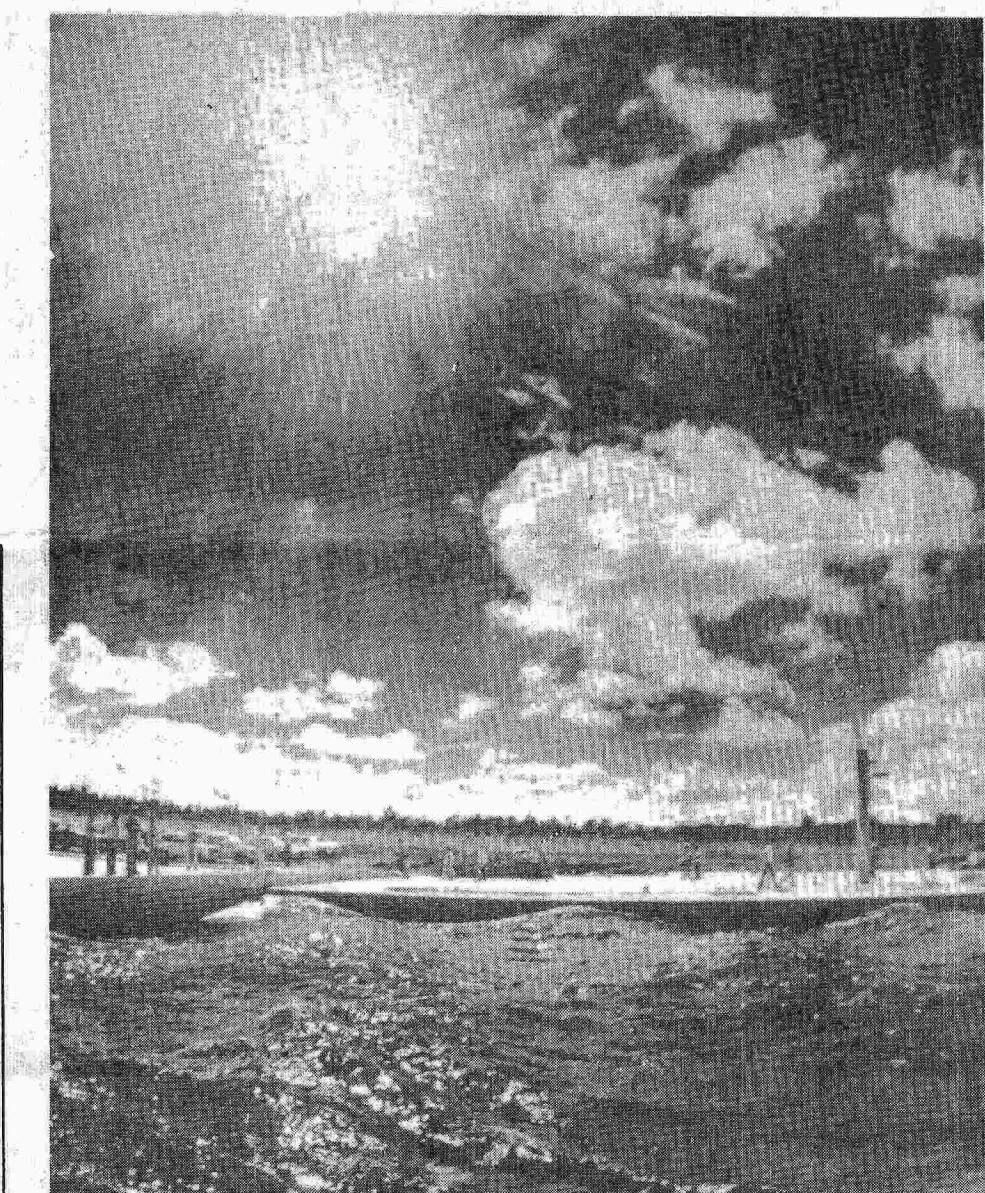
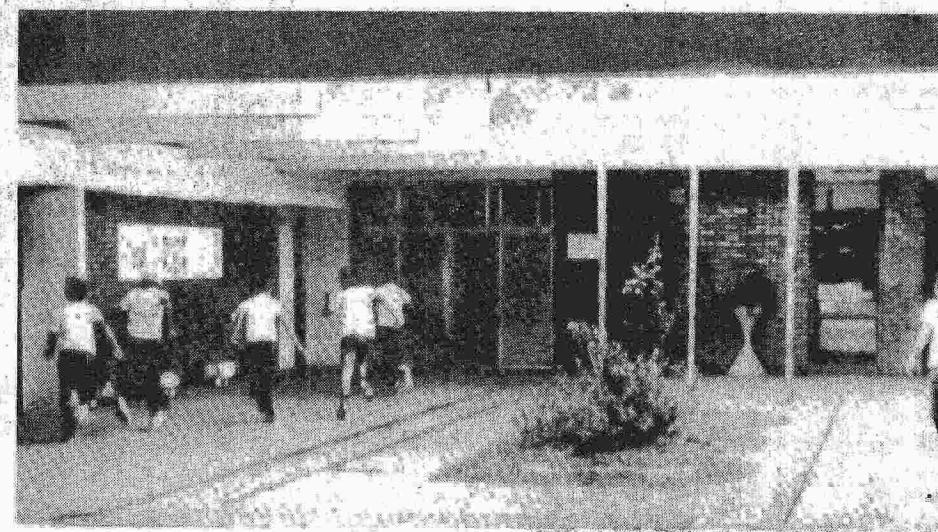
Da relação de municípios goianos e mineiros servidos pela Telebrasília, destacam-se: Padre Bernardo Planaltina de Goiás, São João da Aliança, Flores de Goiás, Iaciara, Alto Paraíso, Cavalcante, Campos Belos, Arraial, Guarda-Mor, Vazante, Paracatu, Cristalina, Unaí, Luziânia, Arinos, Caibeiras, Buritis, Formosa, Formoso, Sítio d'Abadia, Damianópolis, Mambai, Alvorada do Norte, Posse, Guarani de Goiás, Nova Roma, São Domingos, Galheiros, Monte Alegre de Goiás, Aurora do Norte, Taguatinga do Norte, Ponta Alta de Bom Jesus e Dianópolis.

Um dos setores que mais sofrem a pressão da demanda resultante da crescente migração interna é o dos transportes coletivos. As cidades-satélites, praticamente, não têm vida própria, registrando uma dependência praticamente total no campo do emprego, do Plano Piloto. Isso dificulta a adoção de medidas para enfrentar o problema.

A demanda que alcança, imediatamente antes e depois do expediente, níveis não suportáveis pelo sistema convencional de transportes (ônibus) cai demasiadamente nos horários intermediários. Esse fato, torna economicamente inviável investimentos mais arrojados como os seriam necessários para a implantação de um tipo de transporte rápido, e moderno, como é o caso do aerotrem ou do monotrilho.

O caminho encontrado pela atual administração foi o de tornar mais racional, o sistema de ônibus com a criação de novas linhas, ampliação da frota, e incremento da capacidade de tráfego nas estradas de ligação entre o Plano Piloto e Cidades-Satélites. Para o setor de maior demanda de passageiros - Taguatinga e Ceilândia - está sendo construída a Via Estrutural, abrindo uma nova opção de ligação com o Plano Piloto, anteriormente restrito à Estrada Parque de Taguatinga.

A Via Estrutural tem 13 quilômetros de exten-



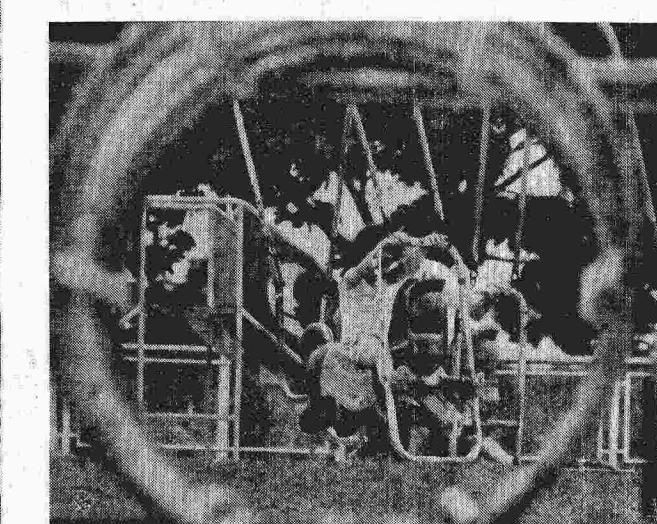
são, com duas plataformas, cada uma com 11 metros e meio de largura, mais dois e meio de acostamento e será totalmente iluminada. Além do asfaltamento a partir da estação ferroviária do Cruzeiro e até a entrada da Ceilândia, a sua construção inclui também três viadutos (sendo dois para passagem ferroviária e um para a futura interligação das áreas adjacentes), além de uma ponte sobre o córrego Vicente Pires.

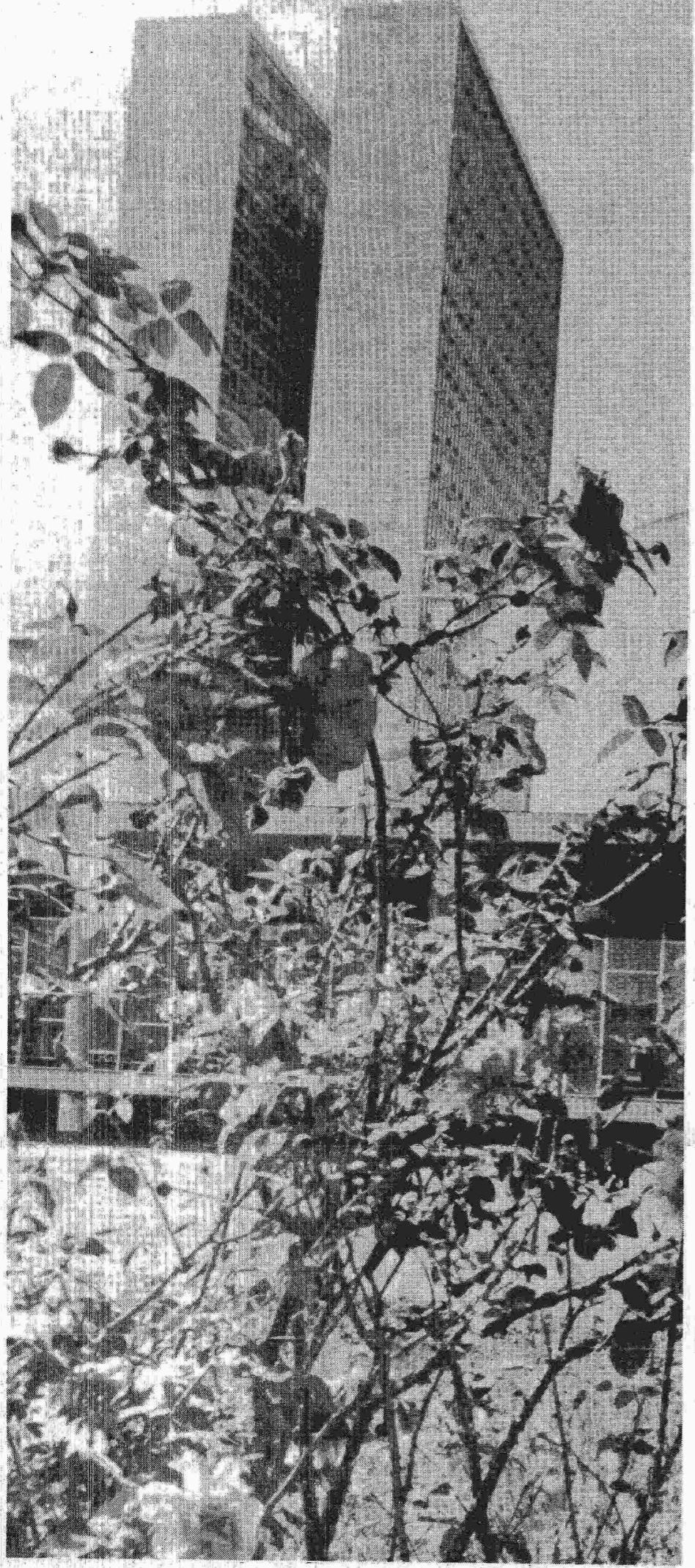
Cada uma de suas plataformas conta com três pistas, duas de quatro metros de largura e uma com três metros e meio. As pistas de quatro metros são as primeiras do Distrito Federal construídas especialmente para ônibus. A obra completa, segundo o secretário de Viação e Obras, José Reinaldo Tavares, custará ao Governo do Distrito Federal, cerca de Cr\$ 200 milhões.

SERVIÇOS SOCIAIS

Tanto pelos problemas comuns às grandes cidades, quanto pela particularidade de Brasília de enfrentar constante pressão migratória, a área de serviços sociais recebe atenção prioritária do Governador Elmo Serejo Farias. Há uma preocupação especial no estímulo à capacitação e orientação profissional do menor, consubstanciada na construção de obras com esse objetivo e na assinatura de convênios com órgãos especializados.

Nesse campo, além da atuação da Secretaria e da Fundação de Serviços Sociais, é notável o papel desempenhado pela Proteção e Ação Social (PAS), entidade dirigida por Sra. Edwaltriz Pithon Serejo Farias. Criada em 1974, a PAS já atendeu a cerca de 100 mil pessoas de baixa renda. Surgida em





substituição à antiga CEI - Campanha de Erradicação de Invasões, a PAS orienta suas atividades com base em três objetivos básicos: a) promover o amparo e a formação integral do menor na faixa etária entre o recém-nascido e dez anos; mediante a prestação de serviços gratuitos; b) desenvolver assistência em favor da velhice desamparada; e c) executar um programa de integração social visando solução de problemas comuns à coletividade, conciliando iniciativas particulares e oficiais.

Esses objetivos têm sido alcançados, graças - segundo dona Edwaltriz - ao "concurso direto, espontâneo, e contínuo de todas as senhoras componentes da PAS, sejam as que compõem a diretoria e a coordenação, sejam as que dirige os vários departamentos, sejam as que colaboram em todas as promoções, sejam as que simplesmente prestigiam com suas presenças os empreendimentos da entidade".

E acrescenta: "Em nenhum momento, nos ressentimos da cooperação das senhoras da PAS, porque sempre responderam presente em qualquer situação, em qualquer atividade, e a qualquer hora. E não queremos incidir no erro e desafiar a imprudência, pretendendo citar nomes. Teríamos uma grande dificuldade e diferenciar esforços, dedicações, sacrifícios".

Vive a PAS - Proteção e Ação Social enfrentando um permanente desafio: ampliar a capacidade financeira da instituição, a fim de que um maior número de pessoas possam dela-se beneficiar. No Natal de 1977, cem mil pessoas foram lembradas.

No ano do 18º aniversário de Brasília, a administração da cidade tem uma característica muito peculiar: o dirigente da cidade, governador Elmo Serejo Farias, faz questão de acompanhar, pessoalmente, todas as etapas das atividades desenvolvidas tanto pelas secretarias quanto pelas empresas públicas e de economia mista. Esse interesse, aliás, tem sido uma peculiaridade, a partir da preocupação do governante de dispor de uma equipe totalmente integrada à sua política administrativa.

Para a preservação dessa unidade administrativa, destaca-se a tarefa de coordenação entre as pastas, atividade que é desenvolvida pela Chefia do Gabinete Civil, na pessoa de seu titular Jorge da Motta e Silva.

Além desse trabalho de coordenação das atividades dos diferentes órgãos governamentais, estão diretamente subordinados ao Gabinete Civil dois dos mais importantes órgãos do complexo administrativo: a Coordenação de Comunicação Social e o Departamento de Turismo.

Ao primeiro compete manter a população informada sobre o que faz o Governo na busca de soluções para os problemas da cidade, enquanto que sobre o Detur- Departamento de Turismo pesa a responsabilidade de atrair para a cidade Capital o maior número de brasileiros e estrangeiros interessados em conhecê-la, e oferecer-lhe uma infra-estrutura de meio-ambiente favorável e compatível com os significados que tem Brasília, inclusive de Capital da integração nacional. Nesse particular, dois significativos passos são dados em 1978, com a inauguração de dois equipamentos cujos aproveitamentos terão âmbito e repercussão nacionais: o Centro de Convenções e o Teatro Nacional.

Ambos terão papel dos mais relevantes no desempenho da política fixada pelo governador Elmo Serejo Farias, que tem como princípio básico a divulgação de Brasília dentro do próprio País. A meta maior é transformar a atividade turística num dos sustentáculos da economia do Distrito Federal.

